



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

INDEPENDENTES

13/05/2026

N°44

É PRECISO RADICALIZAR A GREVE PARA BARRAR O PROJETO PRIVATISTA DE NUNES E IMPOR AS REIVINDICAÇÕES DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Burocracia do SINPEEM iniciou a greve com discurso radicalizado – “Ocupa 23” - agora mantém a greve no total imobilismo

A ocupação da avenida 23 de maio no dia 06/05, ainda que nos moldes da burocracia, em um horário inadequado e com forte repressão policial evitando a ocupação total da via, demonstrou a disposição de luta da categoria e projetou o movimento grevista, ampliando a adesão à greve tanto nas escolas quanto nos demais setores do funcionalismo municipal (saúde, assistência social, vigilância etc). Após duas semanas de greve da Educação municipal, observamos que a adesão do conjunto do funcionalismo contribuiu para impulsionar a própria greve na Educação, apesar da política divisionista das burocracias da COEDUC. Embora as greves sigam com calendário de atividades distinto, nos comandos de greve evidenciamos que os trabalhadores compreendem a importância da unidade na luta para enfrentar as ofensivas do governo e impor nossas reivindicações.

Nunes/MDB, que já tinha enviado para a câmara no dia 05/05 o PL do “reajuste” (354/2026), apresentando um índice ainda menor, de 3,48%, juntamente com outros artigos que caracterizamos como complemento à reforma administrativa iniciada com a lei 18.221/24, responde com mais ataques, judicializando a greve e impondo o funcionamento das escolas com atendimento de no mínimo 70% dos estudantes.

O PL 354/2026 dá novos passos na política privatista de Nunes/MDB já que, para além da manutenção do arrocho salarial, traz a transformação do cargo de PEI em PEIF, com o claro objetivo de esvaziar os CEIs, finalizando o processo de privatização neste segmento da educação por meio da política de conveniamento (parceria público-privada). Importante lembrar que esse artigo da transformação do cargo de PEI em PEIF nasceu originalmente como PL 68/2017, de autoria do até então vereador Claudio Fonseca, o que deve nos colocar em alerta quanto a possíveis acordos entre o governo e a direção do SINPEEM, tendo Claudio Fonseca como figura central neste processo. O PL 354/2026 é composto ainda de outros elementos agravantes: 1) Impõe mudanças nas etapas dos concursos, dificultando ainda mais o acesso aos cargos públicos, incluindo no processo, além das etapas já existentes (provas objetivas, discursivas e prática), avaliação psicológica e curso de formação, sendo o curso de formação obrigatório e, durante essa formação, os

professores só recebem uma bolsa e não salário; 2) Amplia as contratações temporárias e precarizadas de 20% para 30%; 3) Altera as regras da JEIF para os professores readaptados, passando a permitir o ingresso na Jornada apenas para quem exercer funções de docência em projetos de sala de leitura, laboratório de informática, apoio pedagógico, suporte a educação especial, enfim, o que na verdade a lei 18.221/24 já previa, e sendo que o que o governo faz agora é reforçar esse aspecto modificando outra legislação em vigor, ou seja, busca ganhar força do ponto de vista legal para inclusive ter mais elementos para contornar os processos jurídicos impetrados pelos sindicatos.

Sobretudo, mesmo diante das novas ofensivas do governo, os trabalhadores têm demonstrado uma enorme disposição de luta, com índice crescente de paralisação nas escolas e demais serviços públicos. No entanto, as burocracias sindicais mais uma vez deixam de canalizar a revolta dos trabalhadores para o enfrentamento direto com o governo. O Fórum das Entidades desvia a luta para a Câmara de vereadores, enquanto a COEDUC diz que a pressão deve ser sobre o executivo, porém apenas para continuar alimentando o divisionismo, já que uma semana após a caminhada pela 23 não houve mais nenhuma ação concreta de pressão sobre o governo.

Nós, da UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA, distribuímos na assembleia anterior um boletim questionando “Qual a greve que precisamos para sairmos vitoriosos?” e continuaremos atuando para seu fortalecimento, defendendo que a greve se potencialize por meio da aplicação dos métodos da ação direta (manifestações massivas, ocupações etc) e da unidade do conjunto do funcionalismo em greve, com comandos unificados e ações conjuntas de enfrentamento da classe contra o governo privatista de Nunes, pois só com uma greve unificada e combativa é possível derrotar o PL 354/2026 e impor nossas reivindicações. Portanto, nenhuma ilusão nas saídas pacifistas e nas vigílias na câmara, já comprovadas inúmeras vezes ser o caminho da derrota. **Defendemos que, neste dia 13/05, ocupemos a Av. Paulista, em unidade com os demais servidores e com os estudantes das universidades estaduais. Basta de pressão parlamentar!**

DEFENDEMOS:

A mais ampla unidade do funcionalismo e dos estudantes para barrar o projeto privatista de Nunes e Tarcísio!

Fortalecimento da greve com os métodos da ação direta, com grandes manifestações e ocupações de prédios e avenidas!

Ampla democracia nas assembleias!

Toda estrutura necessária para intervenção do comando de greve nas escolas!

Garantia de emprego com efetivação e estabilidade a todos!

Reajuste real dos salários com incorporação imediata dos abonos complementares. Abaixo a política de subsídios aos salários! e fim do confisco aos aposentados!

Fim da política de terceirização e privatização na educação e demais serviços públicos!

PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI 18.221/2024.